

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS



DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657\\_32\\_33\\_29](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_32_33_29)

ISSN: 0084-9189

# CONIMBRIGA



VOLUMES XXXII-XXXIII-1993/94

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Pedro LÓPEZ BBARJA, *Epigrafia Latina (Las Inscripciones Romanas desde los orígenes al siglo III d.C.)*, Tórculo Edicions, Santiago de Compostela, 1993, 378 pp. ISBN: 84-86778-94-0.

Recordo-me de, num dos momentos de pausa do VII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, em Constanza (1977), ter vindo à colação o tema «manuais de Epigrafia», atendendo a que nos continuávamos a guiar fundamentalmente pelo «velhinho» Cagnat na sua 4.<sup>a</sup> edição, de 1914 (no ano anterior, 1976, reimpressa em Roma) e todos nos havermos voltado, então, para Hans-Georg Pflaum como que a perguntar-lhe se estaria para breve o manual que sabíamos ser sua intenção, um dia, preparar, nele reunindo a larga experiência de anos de estudo. Pflaum lançou-nos, recordo, um ar interjectivo e esquivou-se a uma resposta concreta.

A conversa continuou, acentuando a dificuldade de que se revestia escrever um manual didáctico, cujo autor sempre precisaria de ter haurido, em longos anos de prática e de leccionação, os parâmetros por que se deveria pautar.

Escrevera Giancarlo Susini *II Lapicida Romano* (Bolonha, 1967), a que modestamente dera como subtítulo «Uma Introdução à Epigrafia Latina» e, de momento,

parecia difícil trazer-se inovação num domínio tão específico.

Foi, pois, não sem surpresa (confesso) que topei o livro em epígrafe, assinado por alguém que, salvo erro, nas lides epigráficas não singrava havia muito.

O último manual de que tivera conhecimento era da autoria de Ivan di Stefano Manzella, chamava-se *Mestiere di Epigrafista* (Edizioni Quasar, Roma, 1987) e, ~~como~~ / como o próprio subtítulo esclarecia, tinha um objectivo preciso: ser um guia para a elaboração de fichas do material epigráfico lapidar. Trata-se dum livro bastante volumoso, nem sempre fácil de manusear, e extraordinariamente metuculoso. O monumento epigráfico é alvo — deve ser alvo, na opinião do autor — duma análise muito pormenorizada, em todas as suas vertentes, designadamente formais. Talvez Ivan di Stefano tenha pecado nesse sentido: ao dar tanta importância aos aspectos físicos poderá levar um leitor — ou um aprendiz de epigrafista — menos atento a quedar-se por aí, na forma, quando a inscrição há-de ser encarada primordialmente, como já Susini sublinhara no capítulo II / VII do seu *Lapicida Romano*, na componente de «monumento cultural». Os dados físicos interessam, sim, designadamente se pensarmos na necessidade de integrarmos a epígrafe no contexto arqueológico concreto para que foi pensada, mas depressa se deve ir mais além. E há minúcias que uma boa fotografia melhor documenta do que uma exaustiva (e sempre fastidiosa) descrição. Mas o livro de Manzella teve, sem dúvida, esse mérito: importa ver bem o monumento, nenhum pormenor se há-de menosprezar — desde que, acrescento eu, tudo se faça com conta, peso e medida.

Com esta perspectiva «física», digamos assim, da epígrafe, Ivan di Stefano complementava a notável síntese publicada por Giancarlo Susini cinco anos antes: *Epigrafia Romana*, Roma, 1982 (cf. *Conimbriga* 23 1984 216-218). Aí, os diversos tipos de inscrições eram analisados precisamente do ponto de vista cultural, na sequência daquela belíssima definição do autor: «Epigrafia é o estudo histórico da forma como certas ideias foram seleccionadas para serem apresentadas para informação pública e permanente» (*The Roman Stonecutter*, Oxford, 1973, p. 64).

Havia, em língua castelhana, dois manuais de Epigrafia: o de Pedro Battle Huguet (*Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946) — que, na apresentação da obra de Pedro López, Julio Mangas considera «nada original nem na sua concepção nem no seu conteúdo» — e o de José Manuel Roldán Hervás (*Repertorio de Epigrafia y Numismática Latinas*, Salamanca, 1969) — que J. Mangas não refere e Pedro López também não cita entre os manuais (pp. 313-314). Este, de Pedro López, será, no entender de Julio Mangas, «a primeira síntese actualizada em espanhol e com carácter de manual» (p. 5).

Aliás, é o próprio Julio Mangas que chama a si o encargo de ressaltar os méritos da obra do seu antigo aluno e jovem colaborador: 1.º «o autor demonstra um bom conhecimento dos últimos progressos feitos no campo da epigrafia latina»; 2.º o autor «deja clara constancia de que no es posible separar la Epigrafia latina de la historia Antigua»; 3.º a obra «reúne el valor de servir de introducción al conocimiento de muchos aspectos de la Antigüedad romana». Sublinhando o interesse que tem a introdução de temas como a epigrafia jurídica e o *instrumentum*, J. Mangas conclui considerando este trabalho um «guia básico» para o estudante universitário (pp. 6-7).

São os seguintes os capítulos da obra em apreço: a epigrafia, conceito e limites; a escrita; a onomástica romana; o *cursus honorum*; inscrições funerárias; inscrições votivas; inscrições honoríficas; epigrafia jurídica; *instrumenta*. Diversos exemplos comentados (dos quais, apenas um do território português, o n.º 40, p. 165) ilustram a

teoria apresentada. Em apêndice: lista de siglas e abreviaturas e a sequência dos imperadores (com indicação cronológica dos títulos recebidos). Uma bibliografia temática e pormenorizados índices de matérias (relativos, sobretudo, aos exemplos epigráficos aduzidos) completam o volume.

As poucas ilustrações apresentadas — mediocres na qualidade gráfica — são retiradas de obras que se citam na p. 377.

Da obra de José Vives, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (Barcelona, 1971 e 1972), comenta o autor: «Por uma divertida deformação patriótica, a sua Espanha romana abarca toda a Península Ibérica, Portugal incluído» (p. 25). Deverá ser, pois, esse o motivo porque o autor — para não cair nessa deformação — omite quase sistematicamente a bibliografia portuguesa ou referente a Portugal, embora cite bastante bibliografia extrapeninsular. Damos apenas alguns exemplos:

— No âmbito da epigrafia jurídica, a que o autor deu particular atenção, talvez não tivesse ficado mal uma referência às tábuas de bronze de Vipasca, que, inclusive, foram estudadas por um investigador não-peninsular: Claude Domergue, *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de Bronze de Vipasca*, Paris, 1983. *As tesserae hospitalis*, para além do trabalho conjunto de R. Etienne, P. Le Roux e A. Tranoy, «La tessera hospitalis, instrument de sociabilité et de romanisation dans la péninsule ibérique», inserto nas actas do colóquio de Rouen (24-26 Novembro 1983) sobre o tema *Sociabilité, Pouvoirs et Société* (Ruão, 1987, pp. 323-336), mereceram de Armando Coelho Ferreira da Silva um bom artigo de síntese, que foi publicado em *Gaya* 1 1983 9-26.

— No que à religião indígena diz respeito (pp. 325-326), se não queria citar trabalhos mais recentes, a obra de Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia* (Lisboa, vol. II 1905, vol. III 1913), ainda é hoje, creio, de referência obrigatória.

— Na p. 22, citam-se revistas em que artigos de temática epigráfica surgem habitualmente. Quiçá uma referência a *Conimbriga* e ao *Ficheiro Epigráfico* não viesse a despropósito.

— No capítulo *Instrumenta* (p. 245-260), os grafitos assumem, como se sabe, cada vez maior importância histórica. O autor não se lhes refere — como, aliás, também não parece considerar de particular interesse as inscrições ditas «monumentais», pois que lhes não dedica um capítulo à parte; nem as inscrições sobre mosaicos, cada vez mais eloquentes do ponto de vista cultural, ou mesmo os miliários: uma obra como a de Pierre Sillières (*Les Voies de Communication de l'Hispanie Méridionale*, Paris, 1990) ou, se preferirmos manter-nos no Norte, a de Joaquín Lostal Pros, *Los Miliarios de la Provincia Tarraconense* (Zaragoza, 1992) poderiam também ser citadas na p. 327. Quanto à prosopografia peninsular (p. 319), teria decerto cabimento a menção do trabalho de António Caballos Rufino, em dois volumes, publicado em 1990 pela Universidade de Sevilha, *Los Senadores Hispanorromanos y la Romanización de Hispania (Siglos I-III)*.

Dir-se-á que, neste domínio da bibliografia, é sempre impossível não se apontarem falhas, se se quiser. Temos todos consciência disso e os tópicos assinalados mais não pretendem ser que meras sugestões complementares.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO